

O papel da isenção tributária sobre o crescimento das Igrejas Evangélicas no Brasil

Raphael Corbi¹, Fabio Miessi²

¹ FEA-USP

² Norwegian Business School (BI) e Insper

Resumo:

- Analisamos como o fim da isenção tributária sobre igrejas afetaria a expansão das principais organizações religiosas brasileiras
- Caso as Igrejas pagassem imposto sobre lucro, assim como empresas privadas, o número de igrejas em operação no Brasil cairia bastante
- O imposto afetaria a expansão de todas as denominações, mas o efeito mais drástico seria sobre as Evangélicas e, em particular, sobre as Neopentecostais

Introdução

O modelo de expansão adotado pela Igreja Católica e pelas Igrejas Evangélicas difere em vários aspectos. Uma diferença importante está na estratégia empregada por cada igreja para abrir e operar templos. Isso deve ser levado em conta quando buscamos entender o papel da isenção tributária das igrejas – garantida pela constituição de 1988 – sobre a expansão das diferentes denominações religiosas.

Em artigo acadêmico recente, utilizamos dados sobre entrada e saída de templos para uma amostra de municípios brasileiros e um modelo econométrico baseado em teoria dos jogos para estimar a estrutura de custos de templos das maiores organizações religiosas do Brasil. Em seguida, usamos o modelo para simularmos como um imposto sobre o lucro dos templos – isto é, receitas oriundas das diversas atividades realizadas pelo templo

menos os custos operacionais – afetaria a expansão da rede de templos da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas.

Principais Resultados

Nossas estimativas revelam que o modelo de expansão da Igreja Católica é baseado em custos fixos de entrada elevados e custos operacionais mais baixos; o das Evangélicas, em especial das Neopentecostais, em custos fixos de entrada mais baixos e em operacionais mais elevados. Essas estimativas parecem refletir, de fato, a estratégia de expansão de cada Igreja.

Historicamente, o modelo de expansão da Igreja Católica é baseado, em geral, na construção de templos próprios, não alugados, com mobiliário de vida útil mais longa (bancos de madeira ao invés de cadeiras de plástico, por exemplo). O templo típico de várias denominações Evangélicas (em especial das igrejas Neopentecostais) opera em espaços



Figura 1 - Fachada e Interior de Templos da Igreja Católica e de uma Igreja Neopentecostal

alugados e é equipado com mobiliário mais simples, de menor durabilidade. A Figura 1 ilustra essas diferenças. Na parte superior, estão as fachadas de um templo Católico típico (esquerda) e de um templo Evangélico Neopentecostal (direita), da Igreja Universal do Reino de Deus. Na parte inferior estão os interiores desses templos.

Do ponto de vista econômico, o raciocínio é bastante simples: quando a Igreja Católica investe no terreno, na construção do templo e em mobiliário de maior durabilidade, ela operará com custos fixos de entrada – ou custos afundados, para usar o jargão – mais altos. Os Evangélicos, ao alugarem o templo e optarem por um mobiliário mais descartável, operam com custos

fixos de entrada muito menores do que os Católicos.

Por outro lado, os custos operacionais fixos dos Evangélicos serão maiores. Ao contrário dos Católicos, os Evangélicos precisarão pagar aluguel pelo templo e, eventualmente, repor mobiliário com maior frequência. Aluguel, especialmente, é uma conta alta que precisa ser paga no final de cada mês, independente das doações recebidas.

O fim da isenção fiscal

Essas diferenças têm implicações que vão além da arquitetura interna e externa dos templos. Em particular, a estrutura de custos dos templos afeta a forma como eles reagiriam a mudanças na política tributária brasileira que, atualmente, garante imunidade fiscal a todas organizações religiosas.

A partir das estimativas e da estrutura do modelo econométrico, simulamos o que aconteceria com o número de templos de cada Igreja se o governo decidisse cobrar um imposto sobre os lucros dos templos.

A Figura 2 resume os principais resultados desse exercício. Ela mostra a variação no número de templos da Assembleia de Deus, Igreja Batista, Congregação Cristã, Mundial, Quadrangular, Universal do Reino de Deus e Católica para diferentes alíquotas de imposto sobre o lucro dos templos – variando de 0% (situação atual) a 100% (uma situação hipotética em que todo o lucro dos templos é transferido para o governo). Escolhemos estas igrejas porque são as maiores em nossa amostra de municípios – que inclui, por razões técnicas, aproximadamente 250 municípios pequenos em várias regiões

do Brasil. O número médio de templos de cada denominação entre 1991-2018 (período da nossa amostra) foi normalizado para 1 na situação atual, onde a alíquota sobre o lucro dos templos é igual a zero.

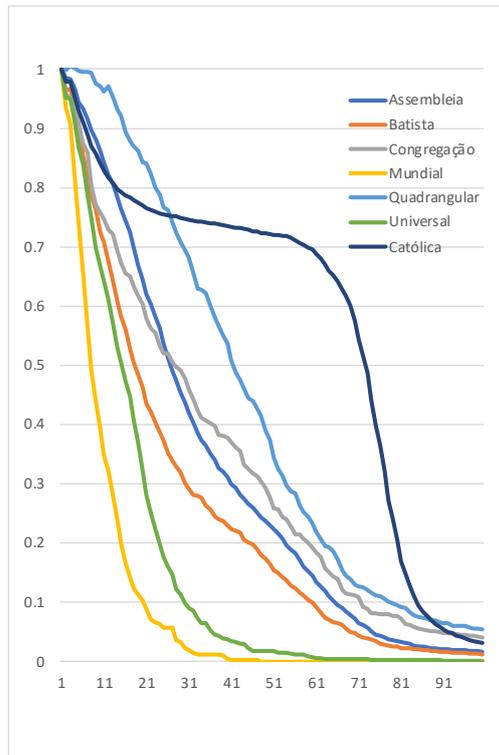


Figura 2 - Efeitos de Imposto sobre o Estoque de Templos das Principais Igrejas Brasileiras

O modelo mostra que quando a alíquota do imposto aumenta, o estoque de templos de todas as denominações cai, mas, em geral, o estoque de templos das Igrejas Neopentecostais (Mundial e Universal do Reino de Deus), que operam com custos de entrada bem baixos, mas com custos operacionais mais elevados, caem muito rápido, mais rápido do que as demais Igrejas. Quando a alíquota é de 30% (próxima à alíquota média de imposto sobre lucro de uma firma no Brasil) a queda no estoque de templos dessas Igrejas – com relação ao cenário atual, que prevê alíquota zero – chega a 90%.

Isso acontece porque o imposto reduz a entrada e aumenta a saída de templos Evangélicos. Para a Igreja Católica o imposto reduz bastante a construção de novos templos, mas tem um efeito relativamente pequeno sobre o fechamento de igrejas já em operação, principalmente para alíquotas relativamente mais altas.

Essas reações refletem a diferença na estrutura de custos das Igrejas Evangélicas e da Igreja Católica. A redução na entrada de templos, tanto da Igreja Católica quanto das Igrejas Evangélicas, acontece, pois, com o imposto o retorno financeiro gerado pelo templo cai. O efeito assimétrico se dá na saída: como os custos operacionais dos templos Católicos são menores eles conseguem se manter mesmo que o imposto corra parte da diferença entre arrecadação de dízimos e doações e os custos para manter o templo aberto.

Colocando todos estes resultados em perspectiva, podemos tirar algumas conclusões sobre o papel da isenção tributária sobre a expansão das igrejas. Em primeiro lugar, a isenção ajuda a expansão todas as denominações. Em segunda lugar, este efeito é assimétrico, sendo muito mais importante para as Igrejas Evangélicas. Entender este tipo de fenômeno é fundamental para iluminar as discussões atuais sobre os prós e contras dos benefícios fiscais concedidos pela Estado brasileiro ao setor religioso.